

**AO JUÍZO DE FAMÍLIA E DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA  
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DO GAMA-DF**

- De preto, os textos definitivos;
- De azul, os textos que devem ser preenchidos;
- De vermelho ou verde, opções a serem escolhidas ou de preenchimento opcional

**FULANO DE TAL** - nacionalidade, estado civil (sem convívio em união estável // convivente em união estável com XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX), profissão, RG nº xxxxxxxx, SSP/XX, CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, filho de Pai de Tal e Mãe de Tal, residente e domiciliada na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP xx.xxx-xxx, telefones xxxx-xxxx e xxxx-xxxxx, email xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx; wpp xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx -, vem, por intermédio da **Defensoria Pública do Distrito Federal** (LC nº 80/94, arts. 4º, inc. IV), com base nos arts. 747 e seguintes do Código de Processo Civil e nos arts. 1.767 e seguintes do Código Civil, promover a presente ação de

## AÇÃO DE INTERDIÇÃO

com pedido de curadoria provisória

em face de **FULANO DE TAL** - nacionalidade, estado civil (sem convívio em união estável // convivente em união estável com XXXXXXXXXXXXXXXXX), profissão, RG nº xxxxxxxx, SSP/XX, CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, filho de Pai de Tal e Mãe de Tal, residente e domiciliada na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP xx.xxx-xxx, telefones xxxx-xxxx e xxxx-xxxx, email xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx; wpp xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx,

**pelas seguintes razões de fato e de direito:**

## 1. PRELIMINARES

### 2. GRATUIDADE DE JUSTIÇA

A parte autora **não tem condições de custear as despesas do processo sem prejuízo do próprio sustento**, motivo pelo qual necessita e faz jus à gratuidade de justiça, nos termos do art. 98 do Código de Processo Civil.

A propósito de sua concessão, é expresso o § 3º do art. 99 do Código de Processo Civil no sentido de que “**presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural**”, admitido o indeferimento somente “**se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade**” (art. 99, § 2º, primeira parte) e desde que a parte não tenha atendido a determinação de comprovação do preenchimento dos pressupostos.

### 3. AUSÊNCIA DE DADOS DE QUALIFICAÇÃO

A parte autora esgotou os meios de que dispunha para a obtenção do endereço da parte ré, que se encontra em local incerto e não sabido, estando ciente de que caso esteja agindo com dolo ao afirmá-lo poderá ser condenada ao pagamento de multa em quantia equivalente a 5 salários mínimos, nos termos do art. 258 do Código de Processo Civil, motivo pelo qual assina a lateral do presente parágrafo ou declaração anexa. Necessária, assim, nos termos do art. 319, § 1º, do Código de Processo Civil, a realização de diligências por parte do juízo com vistas à obtenção de seu endereço, tais como pesquisas em sistemas eletrônicos como BACENJUD, RENAJUD e INFOSEG.

A parte autora informou todos os dados de que dispunha a respeito da parte ré. Os dados faltantes não inviabilizam a citação da parte ré, não havendo que se falar no indeferimento da petição inicial, consoante dispõe o art. 319, § 2º, do Código de Processo Civil.

#### 4. PRIORIDADE NO TRÂMITE

Consoante cediço, em razão da elevada quantidade de processos submetidos à apreciação do Poder Judiciário, este não consegue muitas vezes a celeridade esperada. Por tal razão, **prevê o ordenamento jurídico processual prioridade de trâmite em casos em que a celeridade seja presumidamente necessária.**

De fato, o art. 1.048 do Código de Processo Civil dispõe:

Art. 1.048. **Terão prioridade de tramitação, em qualquer juízo ou tribunal, os procedimentos judiciais:**

I - em que figure como parte ou interessado **pessoa com idade igual ou superior a 60** (sessenta) anos ou **portadora de doença grave**, assim compreendida qualquer das enumeradas no art. 6º, inciso XIV, da Lei no 7.713, de 22 de dezembro de 1988<sup>1</sup>;

II - regulados pela Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)<sup>2</sup>.

**Na legislação esparsa**, há também previsão de prioridade no trâmite das ações em que for parte ou interessada **pessoa com deficiência** (art. 9º, inc. VII, da Lei nº 13.146/15 - Lei Brasileira de Inclusão), bem como **“prioridade especial aos [idosos] maiores de oitenta anos”** (art. 71, § 5º, do Estatuto do Idoso).

**No caso**, a prioridade se deve à existência de interesse de pessoa idosa (maior de 60/80 anos de idade) // pessoa com doença

<sup>1</sup> Art. 6º. Ficam isentos do imposto de renda os seguintes rendimentos percebidos por pessoas físicas: inc. XIV - os proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço e os percebidos pelos portadores de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma.

<sup>2</sup> Entre os quais a guarda (art. 33 e ss), a convivência e a pensão alimentícia (art. 33, § 4º), a tutela (art. 36 e ss), a adoção (art. 39 e ss), o afastamento de agressor do lar (art. 130),

grave // pessoa com deficiência, motivo pelo qual **deve ter tramitação prioritária**.

## **5. DOS FATOS E DO DIREITO**

### **1. LEGITIMIDADE PARA REQUERER**

Dispõe o art. 747 do Código de Processo Civil que **a interdição pode ser promovida**, “pelo cônjuge ou companheiro” (I), “pelos parentes ou tutores” (II), “pelo representante da entidade em que se encontra abrigado o interditando” (III) ou “pelo órgão do Ministério Público” (IV). Além desses, o art. 1.768, inc. IV, do Código Civil legitimou o próprio interditando a requerer a nomeação de curador para si.

A parte autora, portanto, na qualidade de ~~XXXXXXXXXXXX~~ da pessoa cuja interdição se pretende, **tem legitimidade para o presente ajuizamento**.

### **2. RAZÕES DA INTERDIÇÃO**

Dispõe o art. 1.767, inc. I, do Código Civil dispõe que ***“estão sujeitos a curatela aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade”***.

No caso, a parte ré está **impossibilitada de exprimir sua vontade em razão de internação sem previsão de alta**, consoante se extrai do **relatório médico anexo**, o qual atesta que ***“~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~”***.

Tal circunstância tem resultado na privação, por parte da parte ré e sua família, do exercício seus direitos e deveres.

A interdição, no caso, além de proporcionar, mediante curador nomeado, o exercício dos atos da vida civil do interditando, possibilitará a tomada de providências, por parte do curador, no sentido de ~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~, junto a ~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~.

### 3. Limites da curatela

Dispõe o art. 755, inc. I, do Código de Processo Civil que ***“na sentença que decretar a interdição, o juiz nomeará curador, que poderá ser o requerente da interdição, e fixará os limites da curatela, segundo o estado e o desenvolvimento mental do interdito”***.

No caso, mostra-se suficiente para a preservação dos interesses da parte ré a concessão de curatela exclusivamente para XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

No caso, mostra-se suficiente para a preservação dos interesses da parte ré a concessão de curatela pelo prazo de **xxx meses**, após o que, permanecendo as respectivas razões, a parte requererá sua prorrogação.

#### 4. BENS DO INTERDITANDO

Dispõe o art. 1.745 do Código Civil (aplicável por força do art. art. 1.774) que “se o patrimônio do menor for de **valor considerável**, poderá o juiz condicionar o exercício da tutela à prestação de caução bastante, **podendo dispensá-la se o tutor for de reconhecida idoneidade**”.

No caso, entretanto, a parte cuja interdição se pretende não possui bens (móveis ou imóveis) nem renda, **pelo que se requer, desde já, a dispensa de oferecimento de caução por parte da parte autora.**

No caso, a pessoa cuja interdição se pretende possui os seguintes bens e rendas: 1) imóvel xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, avaliado em R\$ 000.000,00; 2) Automóvel xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, avaliado em R\$ 00.000,00; 3) auxílio doença no valor de R\$ 000,00. Seu patrimônio, entretanto, consoante se observa, não pode ser considerado “de valor considerável”. Ademais, a parte autora é **pessoa**

**reconhecidamente idônea e não tem condições de prestar caução, razão pela qual se requer, desde já, a dispensa de oferecimento de caução por parte da autora.**

## **5. ORDEM ESTABELECIDADA PARA CURATELA (PREFERÊNCIA LEGAL)**

### **A autora se dispõe ao exercício da curatela.**

Eis a ordem preferencial estabelecida pelo Código Civil para o exercício da curatela:

1º) Cônjuge ou companheiro(a) não separado(a) de fato ou de direito (art. 1.775, caput);

2º) Pai ou mãe (art. 1.775, § 1º, primeira parte);

3º) Descendente que se mostrar mais apto (art. 1.775, § 1º, segunda parte), preferindo-se os mais próximos (§ 2º);

4º) Outra pessoa escolhida pelo juiz (art. 1.775, § 3º).

A propósito da ordem preferencial estabelecida pelo Código Civil para o exercício da curatela, eis os esclarecimentos que prestam a parte autora:

**1ª preferência legal: Cônjuge ou companheiro(a) não separado(a) de fato ou de direito (art. 1.775, caput)**

A parte autora é marido // mulher // companheiro(a) do(a) interditando(a).

O(a) interditando(a) não era casado(a) nem vivia em união estável.

O(a) cônjuge//companheiro(a) do(a) interditando(a) é falecido, consoante certidão de óbito anexa.

O(a) cônjuge//companheiro(a) do(a) interditando(a) não tem interesse em exercer a curatela, consoante concordância anexa.

**2º preferência legal: Pai ou mãe (art. 1.775, § 1º, primeira parte)**

A autora é **pai//mãe** do(a) interditando(a).

Os genitores do(a) interditando(a) são falecidos, consoante certidões anexas.

Os genitores do(a) interditando(a) são falecidos. Embora a parte autora não disponha das respectivas certidões de óbito, infere-se da própria idade do(a) interditando(a) (**xx ANOS**) que, mesmo que vivos fossem seus pais, não teriam condições de fazer valer a preferência e exercer a curatela.

**3º preferência legal: Descendente que se mostrar mais apto (art. 1.775, § 1º, segunda parte), preferindo-se os mais próximos (§ 2º);**

A parte autora é **filha** do(a) interditando(a), que não deixou outros filhos.

A parte autora é **filha** do(a) interditando(a). Os demais filhos firmaram concordância com sua nomeação como curador, consoante declarações anexas.

A parte autora é **filha** do(a) interditando(a), não sendo possível colher a concordância dos demais filhos porque XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

**4º preferência legal: Outra pessoa escolhida pelo juiz (art. 1.775, § 3º).**

A parte autora é XXXXXX da pessoa cuja interdição se pretende e seguem em anexo a comprovação de impossibilidade e desinteresse dos parentes mais próximos que teriam preferência pela lei.

Ressalte-se que não foi possível reduzir a termo a concordância de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX com a nomeação da parte autora como curadora do(a) interditando(a), porque ele(s) não está(ão) de



acordo//apesar de ele(s) estar(em) de acordo. Eis, caso Vossa Excelência considere necessário, os dados para eventual intimação, já que teria(m) preferência em relação à//juntamente com a parte autora:

- **FULANO DE TAL (genitor do interditando)** - nacionalidade, estado civil, profissão, RG nº xxxxxxxx, SSP/XX, CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, filho de Pai de Tal e Mãe de Tal, residente e domiciliada na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP xx.xxx-xxx, telefones xxxx-xxxx e xxxx-xxxxx, email xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx; wpp xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx;
- **FULANO DE TAL (filho do interditando)** - nacionalidade, estado civil, profissão, RG nº xxxxxxxx, SSP/XX, CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, filho de Pai de Tal e Mãe de Tal, residente e domiciliada na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP xx.xxx-xxx, telefones xxxx-xxxx e xxxx-xxxxx, email xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx; wpp xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx;
- **FULANO DE TAL (filho do interditando)** - nacionalidade, estado civil, profissão, RG nº xxxxxxxx, SSP/XX, CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, filho de Pai de Tal e Mãe de Tal, demais dados de qualificação ignorados;

## 6. CURADORIA PROVISÓRIA

Dispõe o parágrafo único do art. 749 do Código de Processo Civil que “**justificada a urgência, o juiz pode nomear curador provisório ao interditando para a prática de determinados atos**”. Tal possibilidade, a propósito, já vinha sendo admitida pelo egrégio Superior Tribunal de Justiça mesmo antes da vigência da nova lei processual civil (STJ – 3ª Turma, REsp nº 130.402-SP, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes de Direito, v.u., DJU de 30.08.98).

No caso, a incapacidade da parte ré restou atestada por laudo médico que acompanha esta petição inicial. No que diz respeito à urgência, a parte ré precisa de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

## 7. OUTRAS INFORMAÇÕES

### 1. DAS PROVAS COM QUE SE PRETENDE PROVAR O ALEGADO

Em atenção ao disposto no art. 319, inc. VI, do Código de Processo Civil, registra-se que a parte autora pretende provar o alegado pelos meios de prova indicados **ao longo da própria petição e na relação anexa, que integra a presente petição para todos os fins**, sem prejuízo da indicação de outras que ao longo da instrução se mostrarem necessárias.

### 2. DOS PEDIDOS

Pelo exposto, **requer-se:**

#### 1. Preliminarmente:

- a) seja concedida a gratuidade de justiça;
- b) seja deferida a petição inicial, não obstante a ausência de algumas informações exigidas pelo art. 319, inc. II, do CPC, uma vez possível a citação da parte ré com os dados informados, nos termos § 2º de referido dispositivo;
- c) seja realizada consulta nos sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOSEG, com vistas à obtenção de endereço onde a parte ré possa ser citada;
- d) seja deferido o trâmite prioritário // prioritário especial;

#### 2. seja a parte autora nomeada curadora provisória da parte ré;

3. seja citada a parte ré para tomar conhecimento desta ação, devendo ela ser entrevistada por Vossa Excelência no local onde se encontra, haja vista sua impossibilidade de deslocar-se, nos termos do art. 751, § 1º, do CPC;

4. Sejam intimados os parentes que teriam preferência legal e não assinaram concordância, acima identificados;

#### 5. ao final:

- a) seja decretada por sentença a interdição da parte ré, nos

limites acima delineados, e nomeada a parte autora como sua curadora;

b) seja **dispensada a parte autora da prestação de caução real ou fidejussória**, pelas razões delineadas.

Valor da causa: **R\$ 100,00.**

Gama-DF, 12 de June de 2023.

**XXXXXXXXXX**

**autora**

**Xxxx Xxxxx**

**Defensor Público**

**COMPROVAÇÃO DOS FATOS ALEGADOS (art. 319, inc. VI, do CPC)**

FATO	PROVAS	
	EM ANEXO	DURANTE A INSTRUÇÃO
Legitimidade para requerer a interdição	- documentação comprobatória do parentesco	
Da idade // doença grave para fins de <u>prioridade no trâmite</u>	- documento de identidade - laudo médico	
Incapacidade civil momentânea do interditando decorrente de internação	- Laudo médico que atesta a internação do interditando, sem previsão de alta	- perícia médica
Preferência legal para curadoria	- certidão de óbito de xxxxxxxxx - certidão de casamento com o interditando - documento de identidade que comprova a filiação - declaração de concordância dos co-legitimados - xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx xx	
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx x	
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx x	
	Prova dispensada, por tratar-se de fato notório (art. 374, inc.	

	I, CPC)	
XXXXXXXXXXXXXXXXXX	Prova dispensada, haja vista presunção legal (art. 374, inc. I, CPC c.c. o art. xxxxxxxxxx)	

**ROL DE TESTEMUNHAS:**

1) XXXXXXXXXXXXXXXX, profissão, estado civil, idade, CPF nº  
xxxxxxxxxxxxx, RG nº xxxxxxxxxxxx, endereço residencial:  
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, endereço laboral xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx,  
telefones xxxxxxxxxxxx;

2) XXXXXXXXXXXXXXXX, profissão, estado civil, idade, CPF nº  
xxxxxxxxxxxxx, RG nº xxxxxxxxxxxx, endereço residencial:  
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, endereço laboral xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx,  
telefones xxxxxxxxxxxx;

3) XXXXXXXXXXXXXXXX, profissão, estado civil, idade, CPF nº  
xxxxxxxxxxxxx, RG nº xxxxxxxxxxxx, endereço residencial:  
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, endereço laboral xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx,  
telefones xxxxxxxxxxxx;

/var/www/html/public/files/download/Peca/NCPC - INTERDIÇÃO -  
Internação.docx